



Inter-relação entre a História, Política e Religião como sinônimo de Poder, influências significativas na Educação Básica-ensino médio

Reflexão Sociocultural: História, Educação, Política, Religião e Poder

Wauldimaídes Costa¹

RESUMO: O estudo a seguir tem como objetivo refletir sobre a inter-relação entre história, a política e religião como sinônimo de poder, influências significativas na educação do ensino médio. Tais reflexões fazem-se necessárias objetivando a formação de cidadãos conscientes e participativos no meio social o qual estão inseridos. Neste sentido, o estudo abordará sobre os temas política, religião como sinônimo de poder transmitidos nos conteúdos da disciplina de história, destacando as principais questões levantadas que permeiam a formação discente. Compreender a perspectiva dos temas proporcionará reflexões valiosas sobre como diferentes concepções moldam a interpretação histórica da sociedade no que tange a política e religião. A metodologia utilizada envolveu estudos através de bibliografias das obras de autores que versam sobre a temática, seguindo leituras interpretativas. O estudo enfatiza para a importância de maiores estudos e pesquisa, observando como as sociedades constroem suas narrativas sobre determinados fatos e como o entendimento das questões de religião e política no campo educacional varia ao longo das épocas. Assim, ambos os temas, religião e política, sempre estiveram no bojo do sistema educacional, muitas vezes se revelando com evidências de poder, através das políticas públicas, moldando e influenciando nas interpretações, em tomada de decisões junto a administração e trabalhos pedagógicos das unidades escolares. Por conseguinte, especificamente no tocante a religião, está dentro do currículo da educação exerceu e exerce influência significativa no agir docente nas transmissões dos conhecimentos. Nesse viés, o pensar sobre política e religião e suas interfaces que se relacionam com o poder, se ativeram, neste trabalho, baseado em reflexões no campo da história dentro da educação básica. Tais temas nos convidam a pensar sobre a gestão e trabalhos pedagógicos desenvolvidos dentro das instituições, estes com fim de proporcionar uma educação qualitativa desprovida de ideologias político-partidárias e/ou religiosas, mas sim, voltados na formação da consciência crítica do cidadão.

Palavras-chave: Políticas Públicas, História e Religião, Religião e Poder, Educação Básica, Política e Poder.

¹ Mestranda - PPGHIS - Morrinhos -GO



Introdução

Ao refletir sobre as ações das políticas públicas nas relações entre a história, política, religião e poder, buscou-se observar onde estas influenciam e atuam na sociedade e meio educacional. Neste sentido esta temática se faz importante com vistas a analisar o desenvolvimento dos trabalhos administrativos e pedagógicos nas instituições voltados para os docentes e discentes.

A temática política, religião como sinônimo de poder está diretamente ligada ao contexto social, o que se faz necessário constantes reflexões objetivando compreender o momento presente em que poder se efetiva através da política e religião. Ademais, procurou compreender também quais as decisões e os caminhos percorridos na trajetória do homem dentro da história, suas buscas e anseios. E, sendo a política e a religião assuntos das vivências diárias, intrínseco ao homem, são necessários reflexões e estudos constantemente.

Nesse sentido o presente, visa explorar com breves reflexões em como esses elementos se entrelaçam e moldam a sociedade influenciando a educação diretamente e que, tem grande importância na formação dos estudantes. É crucial compreender os impactos dessas temáticas na formação discente, visando valorizar as interações interdisciplinares dentro do currículo proposto, bem como, o planejamento administrativo e pedagógico com vistas a promover a formação crítica e consciente dos discentes; e que estes possam atuar significativamente como contribuidor na efetivação de uma sociedade justa, onde todos possam conjuntamente participar.

Breves comentários sobre legitimidade religiosa e política como base do poder político

Deparamo-nos com momentos onde muitas vezes a recusa real e permanente se faz presente na interpretação e vivência social, onde as relações do contexto de história, política, religião são sinônimos de poder. Neste sentido a compreensão da legitimidade religiosa como base do poder político deverão ser temas tratados e refletidos não somente ser dentro das universidades, mas também, nas salas de aulas da Educação Básica do Ensino Médio, nas áreas



de áreas das ciências humanas. E que, tais reflexões e propostas não sejam tomadas como índice de um alinhamento a tal posição partidária política e/ou religiosa, mas, ao contrário, na fidelidade reflexiva e crítica à tradição dos estudos sobre a sociedade e suas estruturas, nelas reformuladas de maneira a ajudar na compreensão das representações e das práticas de interpretação e de vivência social e familiar nas suas múltiplas divisões culturais do mundo que, conjuntamente, significam e constroem o homem.

Ao refletirmos sobre os desafios em que perpassa a educação brasileira, no século XXI, em especial, a educação básica onde nos deparamos com imensos desafios em sala de aula no tocante ao ato de transmissão de informações. Há a necessidade de compreensão da cultura popular e de seus rituais, tais como: religião, em suas várias facetas; política e sua influência no Estado; família as crenças religiosas e as relações de poder que os três temas impõe, e, que são indissociáveis.

Surgem algumas indagações, indagações estas possíveis de serem vistas, de modo geral, como bem próximos às preocupações da antropologia social do que talvez da história econômica, ou história cultural. Muitas vezes este pensar histórico e filosófico são considerados e até mesmo visto como folclóricos, podendo soar como lugar-comum, talvez desnecessário.

Thompson relata sobre a cultura popular através análises, pesquisas e de seus estudos, de que, estas muitas vezes são vista pela história, antropologia, filosofia, sociologia como apenas fatos, sem nos darmos conta de que tais fatos ditos como folclore estão no seio intrínseco das famílias, sendo repassadas de geração a geração, até mesmo pela sobrevivência em grupo ou de forma individual.

Por conseguinte, os professores e estudantes das áreas de história, ciências sociais e humanas em geral, como também aqueles que interessam pelos caminhos e descaminhos necessitam constantemente lançar mão as reflexões teóricas e políticas sobre a sociedade a qual vivemos. Sendo esta sociedade pautada muitas vezes pelo meio econômico, onde as relações de poder permeiam não somente a sociedade, mas também, o mundo educacional, sendo assim o conhecimento também sinônimo de poder. Pois nas entrelinhas, dá se a entender de quem tem mais conhecimento em determinada área, tem se também mais “poder”.



Pautando por esta reflexão e diante dos estudos sobre mundo do trabalho voltado para o campo educacional nas várias disciplinas e, na expressão da religião, estes estímulos se traduzem não na construção dos modelos de vida, mas, na identificação de assuntos sociais que devem ser pensados dentro do meio político e da religião com suas diferentes linhas de pensamentos e formas de agir.

Nas reflexões de Kant, o mesmo retrata que a história e filosofia é uma maneira de pensar a humanidade de pontos de vista universal e cosmopolita, que muitas vezes este pensar serve de fio condutor de narrativa da trajetória da humanidade partindo do instinto e da razão. Ele pensa na teologia como uma solução para as antinomias.

“[...] se eliminardes do vosso conceito empírico de qualquer objeto, seja ele corporal ou não, todas as qualidades que a experiência vos ensinou, não poderíeis, contudo, retirar-lhe aquelas pelas quais o pensais como substância ou como inerente a uma substância[...]” (KANT, 2001 p. 65).

Assim, conflitos explícitos entre o físico e o moral, o empírico e transcendental, influenciam diretamente nas atitudes dos homens frente ao trabalho do seu dia a dia. Então a partir das reflexões e das desigualdades sociais entendidas como fatais na história humana e suas dinâmicas acontecidas constantemente, o que se deve evitar que o domínio do Estado de forma velada se efetive em poder e sobreposição ao homem.

Por conseguinte, se observa que o poder se manifesta também nos fatores financeiros, percebe-se que a economia e a história econômica se desenvolvem em estreita parceria intelectual. Porém alguns fatos retrata que uma história social emerge, sendo necessária uma parceria com disciplinas de ciências da natureza e sociais que em parte estão explicitamente na história. Nesse sentido há a necessidade de reflexão e investigação, a saber, o quão significativo toda sociedade é. Descrever o “ser social”, independente das normas e estruturas cognitivas primárias, bem como, de suas necessidades materiais em cujo entorno se organiza sua existência perpassando, pelo social, religioso e político.

Assim a política não é algo interno ao homem, ela é antiga. Ela está fora dele, ela está no bojo do social. A política na sociedade muitas vezes é a forma de “governar” as pessoas, e, levá-las à execução de atos quase que impensados de obediência aos ditos formulados em leis através das políticas públicas como: educação, religião, vida em sociedade, vida econômica,



vida familiar etc. São inúmeros fenômenos que devemos estudar e observar as facetas várias de legitimação do sistema de “poder” imposto pela política ao homem.

Independentes da relação de poder e dominação, das normas culturais sancionadas e das necessidades culturalmente formadas, onde foram colocados os conceitos na base ou na superestrutura, que não se separam das reflexões que devemos fazer da sociedade desde os tempos agrários até os dias de hoje. Modo de vida social, cultural e econômico contemporâneo e, modo de vida para sobrevivência.

Estas reflexões devem perpassar pela educação superior e pela educação básica, em especial, nos três anos do Ensino médio dentro das disciplinas de História, filosofia, sociologia, hoje ciências humanas, descritas na BNCC, também, para assim, situar os jovens em meio a seu núcleo familiar, sociedade em que vive, possibilitando reflexões valiosas dentro da realidade a qual vive.

Neta relação de imposição de normas e poderes há as indagações de como ser possível os homens, povos e nações suportarem por tanto tempo as imposições de governantes que muitas vezes os desagradam, sendo estes detentores de poder que outros lhe concederam. Destarte tanto os dominadores quanto os dominados não veem com bons olhos os processos gerados dos sistemas institucionais.

A questão da efetivação do poder não pode ser analisada tão somente pelo meio políticos, econômicos, culturais e jurídicos e seus fundamentos já relatava Mendonça (2012). É preciso também saber por que o poder se efetiva tanto através da cultura quanto da política.

Se o poder não é somente dominação, mas também troca, depende igualmente de uma crença partilhada na autoridade. Quem dá uma ordem acredita ter o poder e o direito de ordenar, fazer, comandar; e quem recebe a ordem acredita ser seu dever obedecer, porque a socialização interioriza nos atores intervenientes um dado tipo de valores que produzem uma aceitação pelo menos relativa de um modo de vida em sociedade que inclui o seu sistema político, seja ele qual for. (MENDONÇA. 212, p.42)

Neste sentido o poder não pode servir para reprimir, mas, para organizar a trama social através da sabedoria e liderança que é de muita relevância, porque o poder não é o atributo de alguém que o exerce, mas de uma relação entre pessoas e o consentimento de ambas as partes que se faz.



No entanto a socialização e controle é um meio do poder político, e os meios de forçar o uso do poder de forma organizada como meio de ação. O poder muitas vezes é uma função da sociedade que age em nome dela. O poder é considerado como funcional para a coesão e coerção social, mas também, para os interesses específicos dos grupos que o detém. Por este motivo, ao tratar do poder, talvez seja mais realista considerar centralmente o conflito.

Quanto ao poder político consideramos ser um sistema organizado de interações múltiplas, sendo sua eficácia dependente de aliar o monopólio da coerção à busca de uma legitimidade mínima, garantindo formas de participação que tornem possível ao sistema ter êxito na socialização da política, permitindo o funcionamento dos mecanismos de regulação social. Tal Socialização pode se definir como conjunto de mecanismos e processos sociais formadores e transformadores das individualidades de representação e atitudes políticas, representando o sistema político de forma ativa e passiva, implicando a todos a aceitação de normas, valores, as regras do jogo do poder e princípios ali estabelecidos.

Ademais, as transformações históricas acontecem tanto pelo seu tempo histórico como pelo fato das relações de trabalho a ser vivenciadas cotidianamente na vida social, e também, cultural, repercutindo nas ideias e valores humanos, tão questionados por si só, nas ações, de escolher e de crenças humanas.

Diante dos fatos e reflexões elencados, a forma das transformações da vida social do homem em seu cotidiano resulta das lutas determinadas em si mesmas durante seu processo de sobrevivência empírica e social. Estas transformações ocorrem não por uma data pré-determinada, mas pelas relações culturais e de vivência do homem ao serem vivenciadas tanto na vida social, quanto na cultura, repercutindo em ideias, em valores humanos, em ações, crenças e escolhas.

Pelos motivos expostos faz-se necessário estas reflexões na Educação básica- Ensino Médio. Tais reflexões devem permear a interdisciplinaridade do currículo em todas as disciplinas, buscando sempre lançar um olhar especial no currículo de ciências humanas, pois os alunos que ali estão almejam uma vida melhor em familiar, no meio educacional e profissional, e que, estes possam efetivamente contribuir para o meio social em que vive, como também, preparar para o mercado de trabalho.



Por conseguinte, não podemos lidar com as congruentes e contradições dos fatos históricos e antropológicos em se tratando de política e religião, visto que, há a necessidade de se observar os problemas revelados nos elos antropólogos dentro do processo histórico, filosóficos e teológicos. Assim, há necessidades de justificar e alargar as reflexões dentro do meio educacional, retratando o que verdadeiramente ocorre no bojo da sociedade do ontem e do hoje. Compreender estas relações sociais e, de poder que permeiam e se efetivam dentro da política e religião com reflexos direto na educação se faz necessário cotidianamente.

A relação entre o ensino de história na formação política e religiosa, reflexões significativas no contexto sócio educacional

A história fornece compreensões significativa do passado, incluindo as dinâmicas políticas e religiosas, o que ajuda os estudantes/alunos a entender como essas dimensões nesta compreensão moldaram as sociedades ao longo do tempo. Ao estudar a história das religiões e dos regimes políticos dentro das disciplinas de história, filosofia e sociologia, os alunos podem desenvolver uma consciência crítica e compreender a importância desses aspectos e sua interferência na formação das sociedades.

A educação desempenha um papel fundamental ao transmitir conhecimentos e valores aos estudantes, fazendo a interconexão teoria-prática. Nesse contexto, a política e a religião podem ser temas abordados nas aulas para que os alunos tenham uma compreensão abrangente dos sistemas políticos e das crenças religiosas existentes. Isso contribui para a formação de cidadãos conscientes e engajados em sua sociedade, participando e transformando o meio em que vivem. Evitando doutrinações vãs.

A influência da religião e do 'poder político' na educação pode ser identificados em diferentes contextos ao observarmos. Em algumas sociedades, dentro das escolas a religião dentro do currículo escolar tem uma forte presença e podem transmitir doutrinas e valores específicos dependendo do contexto onde a escola está e o seu meio social. Neste sentido é fundamental que na educação básica, aqui em especial ensino médio através da interdisciplinaridade abordem de maneira imparcial diferentes contextos sobre as várias



religiões, promovendo o conhecimento sobre a tolerância e o respeito pela diversidade religiosa em cada localidade em que está inserida a unidade escolar.

A política também influencia a educação, seja na determinação dos currículos, na seleção de conteúdos ou na implementação de políticas educacionais. A compreensão dos sistemas políticos, dos direitos e deveres que permeia a educação, bem como dos processos democráticos, são componentes importantes da educação dentro das Unidades de Ensino.

Na Constituição federal de 1988 em seus Art. 205 retrata que “ A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com colaboração da sociedade [...]” (CF/88), assim é essencial que na Educação Básica: Ensino Médio o trabalho de ensino para a preparação para a vida e para trabalho seja imparcial e promovam a análise crítica e o pensamento independente dos alunos. Os mesmos devem ser incentivados a questionar, avaliar em diferentes perspectivas, bem como, desenvolver seus próprios pontos de vista, baseados em informações corretas e diversificadas sobre as interfaces dos temas propostos em cada disciplina que compõe o currículo escolar.

Doravante a inter-relação entre a educação, a política, a religião como sinônimo de poder tem um impacto significativo na Educação Básica-Ensino Médio. É fundamental importância que esses temas sejam integrados ao currículo de maneira imparcial e aberta na interdisciplinaridade que permeia a educação, visando formar cidadãos conscientes, críticos e respeitosos em relação à diversidade religiosa e à vida política. Sendo estes críticos/reflexivos pautados em informações que independam de ideologias político partidárias, mas sim, com seus verdadeiros compromissos sociais.

A história sendo uma disciplina/componente curricular dentro do currículo proposto para a educação desempenha um papel fundamental na formação do aluno, fornecendo uma compreensão do passado e permitindo uma conexão com as experiências e eventos que moldaram a sociedade atual. A disciplina de história não se limita a fatos e datas, ela busca analisar o contexto, as causas e as consequências dos acontecimentos, proporcionando uma visão abrangente das dinâmicas sociais, políticas, culturais e econômicas que moldaram o mundo em que vivemos.



Nesta análise da políticas educacionais citamos a principal lei que rege a educação no Brasil, tanto a nível Educação Básica quanto a de nível superior, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) que instaurou novos parâmetros para a educação no país, devendo os profissionais da educação, em suas ações de trabalhos pedagógicos vincularem-se estes conteúdos ao mundo do trabalho e à prática social e em sua temporalidade entre o passado e o presente, nesta proposta de trabalhos pedagógicos estabelece-se níveis de escolaridade que retratam a proposta de educação para cada nível de ensino ao longo da vida, e no transcorrer da vida em sociedade. Também nas reflexões educacionais surgiu a Base Nacional Curricular Comum (BNCC/2017), esta veio redirecionar as questões relacionadas à formação dos professores da educação básica dentro dos vários componentes curriculares na proposta pedagógica escolar impondo novos desafios para os cursos da educação básica, aqui citamos Ensino médio.

Neste sentido sendo uma das principais contribuições das Bases Legais das políticas educacionais para educação dentro da disciplina de história na formação do aluno está no desenvolvimento do pensamento crítico dentro dos tempos e contextos históricos de cada sociedade. Desta forma seguindo as diretrizes educacionais e ao estudar história, os alunos da educação básica-ensino médio são estimulados a analisar diferentes perspectivas, a questionar as informações apresentadas, avaliar criticamente as fontes e fatos apresentados em sala de aula dentro do contexto da aprendizagem histórica. Esse exercício de análise e interpretação histórica fortalece habilidades de raciocínio lógico, fortalece também a argumentação na tomada de decisões e embasa a formação de opiniões fundamentais no dialogo interpessoal. Além disso, a história proporciona uma compreensão mais ampla e profunda da identidade pessoal e coletiva. Conhecer a história de sua própria comunidade, país ou região permite ao aluno também compreender a construção dessa identidade, suas origens, tradições e desafios ao longo do tempo. Esse conhecimento contribui para o sentimento de pertencimento e fortalece a consciência nas relações pessoais e interpessoais, bem como, conhecimento cultural.

A disciplina de história também ajuda a formar uma consciência moral e ética nos alunos no meio em que vivem. Ao estudar eventos passados, eles têm a oportunidade de refletir sobre questões de justiça, igualdade, direitos humanos e o impacto das ações individuais e



coletivas na sociedade que se transformam em relação de poder. A história nos mostra os erros do passado vividos e nos capacita a aprender com eles, para que possamos construir um futuro mais justo e solidário para todos.

Além disso, através do estudo da história dentro da disciplina de história, os alunos são expostos a diferentes culturas, civilizações e períodos históricos, o que promove a tolerância, o respeito à diversidade e uma abertura para novas perspectivas. A história nos ensina que não existe uma única narrativa, mas sim múltiplas visões sobre um mesmo evento, incentivando a empatia e o diálogo intercultural.

Assim, a disciplina de história desempenha um papel fundamental na formação do aluno, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento crítico, da consciência social, do senso de identidade e da compreensão da diversidade. Ao explorar o passado, os alunos adquirem uma base sólida para refletir e entender o presente e planejar um futuro mais consciente e responsável. A disciplina de história, portanto, não deve ser apenas mais uma disciplina na grade curricular, mas sim um instrumento de transformação e empoderamento dos estudantes na tomada de decisões na vida em sociedade.

Intersecção entre história, política, religião como sinônimo de poder, breves reflexões dos autores: Burke, Flamarion, Kant, Thompson e Vainfas

Ao abordar a intersecção entre a história, política, religião e poder na formação discente, citaremos breves reflexões de autores que versam sobre a temática. Ao explorar em leitura e estudos sobre as contribuições dos pensamentos de autores como Peter Burke, Ciro Flamarion, Immanuel Kant, Edward Thompson e Ronaldo Vainfas na busca de entender as complexidades e influências desses temas ao longo do tempo, visto ser temas de interesse no campo social e educacional.

Sendo a história uma ferramenta fundamental para compreender a evolução das sociedades e como em diferentes aspectos a religião e a política moldaram o poder em diferentes épocas e meio. Para o historiador Peter Burke reconhecido também por suas pesquisas relacionadas à cultura, sociedade e poder. Nas reflexões ele destaca a importância de se analisar



as dinâmicas entre elementos para uma compreensão mais completa e precisa do passado refletida no presente. É através de análises historiográficas que podemos compreender a dinâmica a qual percorre uma sociedade.

Quando nos referimos ao campo da educação, sendo Ciro Flamarion um autor de destaque por meio de seus estudos, apontamentos e reflexões. Ele discute a influência da ideologia e da política na e dentro da educação, e como as instituições educacionais podem ser utilizadas como meios de controle e disseminação de ideologias dominantes. A educação desempenha um papel crucial na formação de indivíduos e que moldagem uma sociedade. Compreender essa relação é fundamental para análise mais aprofundada do poder e da manifestação deste “poder” nos diferentes tempos históricos e meios de vivencia social do homem. Homem este do passado e do presente.

Logo, nas reflexões sobre política baseada nos pensamentos de Kant também se faz relevante, especialmente sua noção de que a religião e a política estão unidas mas devem ser mantidas separadas, por suas interferências uma dentro da outra. Kant defendia o estado laico como forma de garantir a liberdade religiosa, mas também como uma forma de prevenir o abuso de poder por parte de instituições religiosas. “Embora todo o nosso conhecimento tenha início na experiência, não significa que todo ele provenha daí” (KANT, 2001, p.11). Sendo o conhecimento muitas vezes intuitivo e inconsciente na experiência/empírica, que se traduzem em juízos sintéticos, tem como base o enriquecimento a experiência transformando em valores significativos de vivencias concretos, o que deve ser valorizado. Então, conhecimento empírico e vivencia concreta é o que forma o homem.

Por sua vez, Edward Thompson, conhecido por suas análises sobre a classe trabalhadora e as lutas destas no meio das políticas. Ele faz algumas argumentações sobre a classe trabalhadora, também sobre os movimentos sindicais, como estes movimentos desempenharam um papel fundamental na transformação das relações de poder ao longo da história moderna. Na sua abordagem histórica o mesmo enfatiza a importância das lutas dos homens social na construção de sociedades mais justas e equitativas para todos. “A história, todavia, é composta de episódios e, se não podemos adentrá-los, não podemos adentrar a história absolutamente” (THOMPSON, p.133). E, nesta reflexão sendo a história composta de episódio vivida pelo



homem devemos refletir sobre os caminhos percorridos pela sociedade, também pela classe trabalhadora na área educacional e seus embates diretos na no meio político e seus reflexos.

Ademais, em se tratando de sociedade nas reflexões de Ronaldo Vainfas sendo este um historiador e pesquisador brasileiro do estudo da história social o que contribui em muito para a compreensão das relações sociais e seus valores que se transformam em poder. Vainfas analisa também a interferência e o poder da Igreja Católica na sociedade desde o tempo colonial até os dias de hoje, a sociedade suas atitudes em relação às práticas religiosas populares, revelando como a religião foi e é utilizada como instrumento de controle e como as populações resistiram a essa dominação por um lado, mas corroboram e aceitam por um outro, e, muitas vezes as influências da religião são imperceptíveis pois fazem parte do núcleo intrínseco de uma sociedade.

Entretanto, ao explorar e refletir sobre as contribuições acima citadas desses autores, busca-se compreender como a história a educação, a política e a religião muitas vezes são utilizadas como sinônimo de poder e se entrelaçam em si influenciando e moldando as sociedades ao longo do tempo. As análises dessas relações complexas nos permitem uma visão mais profunda dos mecanismos de poder e de como eles podem ser contestados e transformados. Estes mecanismos de “poder” estão inseridos dentro dos vários contextos sociais, muitas vezes se passam por despercebido. Na educação política, religião e poder são temas considerados assim tão somente conteúdos de disciplinas eletivas, conteúdos que estão dentro dos currículos educacionais que são trabalhados em sala de aula na formação do discente, o que é importante estes estudos e visto que são temas que estão no centro de uma sociedade como um todo.

Considerações Finais

Por fim, a relação entre religião, política e poder é complexa e tem sido palco de discussões com aspecto central da história da humanidade. Na atualidade líderes religiosos frequentemente desempenharam papéis políticos significativos, e a religião foi e é usada como uma fonte de legitimidade para o poder político. Ao longo dos séculos, a religião tem sido



utilizada como uma ferramenta política, seja para controlar e manipular a população, seja como uma forma de resistência ao poder estabelecido.

Nas estruturas de governança, a religião desempenhou um papel fundamental na formação de Estados e governos, moldando suas políticas e leis. No entanto, essa influência nem sempre foi harmoniosa, resultando em alguns conflitos religiosos e violações dos direitos humanos. Movimentos religiosos têm surgido como formas de resistência política, desafiando o *status quo* e buscando transformar as estruturas de poder existentes. Lutas pela liberdade religiosa e pela separação entre religião e Estado têm sido travadas ao longo da história, resultando em sociedades mais secularizadas, também na busca do reconhecimento da diversidade religiosa e o respeito.

É essencial compreender a relação entre religião e poder político para uma análise mais profunda das dinâmicas sociais e políticas. Ao explorar a influência da religião no poder, podemos obter insights valiosos sobre as motivações dos líderes políticos e o impacto dessas interações na sociedade de um modo geral. No entanto, é importante também reconhecer os desafios e conflitos que surgem dessa relação. O equilíbrio entre a liberdade religiosa e a garantia dos direitos humanos, além da separação entre religião e Estado, continua a ser um tema de debate e reflexão em diversas sociedades ao redor do mundo.

Em última, a compreensão da relação entre religião, política e poder político é fundamental para a construção de sociedades mais justas, equitativas e inclusivas, onde a diversidade religiosa seja respeitada e os direitos de todos sejam protegidos.

Os pontos abordados no artigo ressaltam a importância da integração dos aspectos históricos, políticos, religiosos e de poder dentro na Educação Básica-Ensino Médio. Ao enfatizar a importância de uma educação imparcial, que promova o pensamento crítico, a tolerância e o respeito à diversidade religiosa e à vida política na formação dos estudantes. Pensar sobre estes aspectos educacionais no seio do currículo proposto e do trabalho didático pedagógico em sala é fundamental para que se tenha não somente uma educação básica de qualidade, mas também, uma proposta e reflexão da formação superior destes docentes que estão à frente das salas de aula.



Referências

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** 2 eds. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 9.394/96 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasil: MEC, 1996

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

FONTES, Virginia; MENDONÇA, Sonia Regina de. **História e teoria política**. In CARDOSO, Ciro Flamarion; AINFAS, Ronaldo (org.) *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p.55-71.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. 5ª Edição. Trad. Manuela Pinto e Alexandre Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social, In: NEGRO, A. L., SILVA, Sérgio (org.), **As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigo**: Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 2001, p. 227-167.

VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VAINFAS, Ronaldo. **História das mentalidades e História Cultural**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Os domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997